EDITORIAL - Segundo Centenário da Guerra Peninsular

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo

Segundo Centenário da Guerra Peninsular

Há cem anos, em Novembro de 1907, o Editorial da *Revista Militar* recordava aos seus leitores que passava um século sobre aqueles dias de Novembro de 1807 que iniciaram um período que durou sete anos e que passou para a história nacional como o tempo das *Invasões Francesas*. Apelava também, com uma curiosa lista de temas a investigar, à colaboração em artigos que tratassem esses temas. Vale a pena consultar esse Editorial.

Os tempos são diferentes e as preocupações da Nação são outras. Mas agora que se vão comemorar os duzentos anos sobre esse período da vida nacional, com actividades académicas anunciadas pela Academia Portuguesa da História e pela Comissão Portuguesa de História Militar, e que constituem iniciativas louváveis para não esquecer a História, gostaríamos de deixar pequenas reflexões para investigadores e estudiosos sobre alguns assuntos ainda mal estudados.

A historiografia portuguesa sobre aquele período trata-o com uma vertente demasiado descritiva das acções militares esquecendo o papel e importância da população portuguesa na sua vontade de defesa. Contrariamente ao que acontece com a literatura inglesa e francesa, não abundam na literatura portuguesa diários e relatos de quem viveu os acontecimentos. José Acúrcio das Neves, o General Carlos de Azeredo, Pinheiro Chagas, Raul Brandão, Arnaldo Gama e alguns poucos mais são excepção, até agora, daqueles que quiseram mergulhar na história tentando compreender o comportamento daquela população na sua resistência à ocupação. Valerá a pena investigar nos arquivos distritais e municipais, nas dioceses e paróquias, algo que contribua para corrigir ideias feitas sobre o sentimento de independência nacional e movimentos de resistência e o papel das denominadas elites face às populações em momentos de crise.

Uma segunda área relaciona-se com o estado de preparação do Reino para a sua defesa. O Príncipe, reunido com conselheiros no Palácio da Ajuda, em vésperas da corte

embarcar para o Brasil, perguntava sobre a lei de 1806, tendo obtido como resposta «que ainda não recebera princípio de execução». É importante que se coloque rigor histórico em alguns aspectos que se adquiriram como factos, relacionados com o estado da Marinha e do Exército nos tempos da invasão, do seu comando, do apoio que recebiam da população e do seu comportamento ao lado daqueles que nos auxiliaram militarmente.

As invasões francesas representam, até à data, a última agressão sofrida por Portugal no seu território europeu. Deveria constituir uma educação para a defesa a preservação de algum património histórico com elas relacionadas, onde sobressai o esforço que representa a concepção e construção das Linhas de Torres Vedras. Tudo que se fizer para melhorar o seu conhecimento e divulgação é um legado que deve ser transmitido de geração para geração e que faz parte da cultura da Nação.

_____

* Sócio Efectivo da Revista Militar. Presidente da Direcção